



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 60,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E.P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprens»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional — E. P.
		Ano	
	As três séries.	Kz: 400 275,00	
	A 1.ª série	Kz: 236 250,00	
		Kz: 123 500,00	
		Kz: 93 700,00	

SUMÁRIO

Conselho de Ministros

Decreto n.º 10/06:

Autoriza a constituição do «Banco Millennium, Sociedade Anónima».

Decreto n.º 11/06:

Nomeia os administradores do Banco Nacional de Angola.

Resolução n.º 26/06:

Aprova o Contrato de Prestação de Serviços entre a Direcção Nacional das Alfândegas e a sociedade de direito inglês denominada «Crown Agents for Overseas Governments and Administrations, Limited», para a implementação da Fase II do Programa de Expansão e Modernização das Alfândegas.

Resolução n.º 27/06:

Aprova os contratos celebrados entre Angola Telecom-E.P. e as empresas chinesas.

Resolução n.º 28/06:

Aprova o contrato de investimento entre o Estado Angolano e a «CSA — Cogite, Serviços Ambientais, Limitada».

Rectificação:

À Resolução n.º 9/05, de 5 de Abril, publicada no *Diário da República* n.º 40, 1.ª série, que autoriza a criação da empresa de capitais públicos e de direito privado denominada GESTERRA — Gestão de Terras Aráveis, S. A. e aprova o seu estatuto.

Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Rectificação:

Ao Despacho n.º 154, de 23 de Julho de 2004, publicado no *Diário da República* n.º 59, 1.ª série.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 10/06
de 26 de Abril

A constituição de instituições financeiras bancárias de entidades não residentes depende de autorização do Conselho de Ministros, mediante parecer favorável do Banco Nacional de Angola, conforme o estipulado no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro, Lei das Instituições Financeiras;

Considerando a oportunidade e a conveniência da criação do banco, na medida que contribui no aumento e na dinamização do funcionamento da rede bancária nacional;

Atendendo que a instrução do pedido da constituição do banco, sob forma de sociedade anónima, revelou que o requerente dispõe de condições técnicas e financeiras para a realização dos objectivos preconizados pela lei;

Nos termos das disposições combinadas do n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 13/05, de 30 de Setembro, Lei das Instituições Financeiras, conjugadas com a da alínea f) do artigo 112.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — É autorizada a constituição do «Banco Millennium, Sociedade Anónima», que se rege pelo seu estatuto e pela lei em vigor.

Art. 2.º — As dúvidas e omissões suscitadas da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas por decreto do Conselho de Ministros.

Art. 3.º — O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 22 de Fevereiro de 2006.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Promulgado aos 10 de Abril de 2006.

O Presidente da República, **JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS**.

—————
Decreto n.º 11/06
de 26 de Abril

Considerando que a Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola determina que os administradores do Conselho de Administração devem ser nomeados pelo Conselho de Ministros;

Nos termos do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 6/97, de 11 de Julho, Lei Orgânica do Banco Nacional de Angola e ao abrigo das disposições combinadas da alínea f) do artigo 112.º e do artigo 113.º, ambos da Lei Constitucional, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º — São nomeados, para integrar o Conselho de Administração do Banco Nacional de Angola, as seguintes entidades:

António André Lopes;
Celestino Eliseu Kanda;
Laura Maria Pires de Alcântara Monteiro;
Manuel da Piedade dos Santos Júnior.

Art. 2.º — O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 15 de Março de 2006.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

O Presidente da República, **JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS**.

Resolução n.º 26/06
de 26 de Abril

Considerando que a articulação, o funcionamento e a coordenação do programa para a modernização e o reforço da capacidade de gestão técnica e operacional das alfândegas nacionais torna necessária a prorrogação do Contrato de Prestação de Serviços celebrado em 12 de Setembro de 2000 entre o Ministério das Finanças e a Crown Agents for Overseas Governments and Administrations, Limited;

Tendo em conta o disposto na Resolução n.º 81/05, de 19 de Dezembro, do Conselho de Ministros, que autoriza o início de negociações tendentes à prorrogação do referido contrato, por um prazo máximo de três anos;

Considerando a necessidade de se proceder com celeridade à assinatura da prorrogação do referido contrato por forma a evitar qualquer hiato temporal entre o termo, em Fevereiro de 2006, do contrato em vigor e o início de vigência do novo contrato;

Nos termos das disposições combinadas da alínea f) do artigo 112.º, do artigo 113.º e da alínea g) do n.º 2 do artigo 114.º, todos da Lei Constitucional, o Governo emite a seguinte resolução:

1.º — É aprovado o Contrato de Prestação de Serviços entre a Direcção Nacional das Alfândegas e a sociedade de direito inglês denominada Crown Agents for Overseas Governments and Administrations, Limited, para a implementação da Fase II do Programa de Expansão e Modernização das Alfândegas Nacionais e ao reforço da capacidade técnica, humana e operacional.

2.º — A presente resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 3 de Abril de 2006.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Resolução n.º 27/06
de 26 de Abril

Considerando a necessidade de se dar cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto n.º 7/96, de 16 de Fevereiro;

Nos termos das disposições combinadas da alínea f) do artigo 112.º, do artigo 113.º e da alínea g) do n.º 2 do artigo 114.º, todos da Lei Constitucional, o Governo emite a seguinte resolução:

1.º — São aprovados quatro contratos de fornecimento, instalação e comissionamento de equipamentos de telecomunicações, bem como o seu financiamento no quadro da linha de crédito do Eximbank da República Popular da China, no valor total em Kwanzas equivalente a USD: 276 307 189,00, celebrado entre a Angola Telecom-E.P. e o consórcio de empresas chinesas lideradas pela CMEC e integrando a Alcatel Shanghai Bell e a Huawei.

2.º — Os contratos aprovados através da presente resolução referem-se aos seguintes projectos de expansão da rede básica:

- a) projecto 1: no valor em Kwanzas equivalente a USD: 74 331 285,00, incidindo no eixo Luanda-Malanje-Kuito, com recurso à transmissão em fibra óptica e por satélite, abrangendo no seu conjunto diversas localidades nas Províncias de Luanda, Bengo, Cuanza-Norte, Malanje, Cuanza-Sul, Bié e Moxico, com a oferta global de 23 040 linhas;
- b) projecto 2: no valor em Kwanzas equivalente a USD: 67 954 756,00, incidindo nos eixos Lucala-Negage-Uíge, Chibla-Cahama-Ondjiva, Benguela-Tchindjenje-Longonjo, com recurso à transmissão em fibra óptica e por satélite abrangendo no seu conjunto diversas localidades nas Províncias de Benguela, Cuanza-Norte, Cunene, Huambo, Uíge e Zaire, com a oferta global de 25 984 linhas;
- c) projecto 3: no valor em Kwanzas equivalente a USD: 75 275 357,00, referente à Expansão da Rede Metropolitana de Luanda, com a oferta de 65 232 linhas, securização da região Centro-Oeste e Sudoeste, criando as respectivas circulares e os seguintes sistemas harmonizados de toda a rede nacional:

- o sistema integrado inteligente de nova geração (INGN);
- o sistema universal de gestão e monitorização da rede;
- criação das bases técnicas tendo em vista a implementação dos seguintes sistemas: base de dados integrada da rede, gestão e facturação integradas de clientes, Call Center da Angola Telecom.

- d) projecto 4: no valor em Kwanzas equivalente a USD: 58 745 791,00, incidindo no eixo Cuito-Huambo-Lubango, com recurso à transmissão em fibra óptica e por satélite, abrangendo no seu conjunto diversas localidades nas Províncias do Bié, Huambo e Huíla.

3.º — A presente resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 3 de Abril de 2006.

Publique-se.

O Primeiro Ministro, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Resolução n.º 28/06
de 26 de Abril

Considerando que, no âmbito dos esforços para o desenvolvimento do País, o Governo da República de Angola está empenhado na promoção de projectos de investimento que visam a prossecução de objectivos económicos e sociais de interesse público, nomeadamente a melhoria do bem-estar das populações, o aumento do emprego e o fomento do empresariado angolano;

Tendo em conta que a CSA — Cogite, Serviços Ambientais, Limitada, pessoa colectiva de direito privado, entidade residente cambial, investidora nacional, com sede em Luanda, na Zona Industrial de Viana, Luanda, celebrou, com a ELISAL-E.P. — Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda, um contrato de prestação de serviços de limpeza pública na área 1 da Cidade de Luanda, contrato que foi homologado pelo Governo da Província de Luanda;

Considerando que a CSA — Cogite, Serviços Ambientais, Limitada, na qualidade de «Investidora Privada», decidiu livremente, de boa-fé e no seu interesse, submeter à